

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

014ª AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL 09SET2021

Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): (19h13min) Boa noite a todos, saudando o governo, na pessoa do secretário Cássio, para que possamos dar início aos trabalhos. Diretor legislativo, por gentileza.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Procederemos à leitura do edital (Lê.):

“EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PROCESSO 138.00025/2021-08 AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº10/2021, QUE ALTERA O *CAPUT*, OS INCS. II E III E O § 2º DO ART. 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2009, QUE CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS) E INSTITUI SEU CONSELHO GESTOR, ALTERANDO A SUA COMPOSIÇÃO. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade Porto-Alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 09 de setembro de 2021, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom(<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O *link* para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes das proposições poderão ser obtidos em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/136689>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a Audiência Pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A Audiência Pública poderá ser acessada será transmitida pela TVCâmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo YouTube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>. Porto Alegre, 01 de setembro de 2021. VEREADOR MÁRCIO BINS ELY, Presidente.”

A nossa audiência pública é tradicionalmente estabelecida nos seguintes termos: nós iniciaremos com uma exposição de até 20 minutos por parte do governo, em que serão explanados os aspectos do projeto. Depois, a partir de agora, pelo *chat*, vamos receber até 10 inscrições da comunidade, que poderão falar por até 5 minutos. Entremeados com as falas da comunidade, teremos a fala dos vereadores que estiverem na reunião. No final, o governo terá 10 minutos para as considerações finais.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O secretário André Machado, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SMHARF, está com a palavra.

SR. ANDRÉ MACHADO: Presidente Márcio Bins Ely, boa tarde. Eu estou com algum problema, o meu vídeo desapareceu. E não sei exatamente o que foi, eu saí e não está retornando. Mas vocês me ouvem?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estamos bem.

SR. ANDRÉ MACHADO: Eu posso tanto fazer sem vídeo quanto posso sair e retornar, o que for mais conveniente ao encaminhamento da audiência. Fica a seu critério, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não tem necessidade, nós estamos escutando bem.

SR. ANDRÉ MACHADO: Então, está. Presidente, cumprimentando-o, cumprimento a todos os vereadores e vereadoras que estão presentes. Cumprimento a todos os cidadãos e cidadãs que estão interessados na pauta da habitação e que nesta noite, junto conosco, estão aqui presentes para discutir um tema de altíssima relevância para nós aqui dentro do Departamento Municipal de Habitação e da Secretaria Municipal de Habitação. Hoje, Presidente Márcio Bins Ely, vou falar sobre simplificação de processo, mas, antes, eu gostaria de contextualizar um pouco sobre a nossa ação atual e as contingências que nos trouxeram até aqui.

Desde o início do seu trabalho, esta atual gestão tem buscado deixar claro a sua prioridade para a habitação de interesse social. O primeiro passo foi a criação da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária aprovada por esta Câmara de Vereadores. Essa aprovação consolidou um compromisso com a cidade de Porto Alegre de fazer, ao longo desse mandato, o maior programa de regularização fundiária da história do Município. Para compartilhar com os senhores e senhoras, já são 842 títulos entregues em 2021, ou prontos para serem entregues nas próximas semanas. Entre eles, eu destaco, aqui pelo portal, a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

Vila dos Rodoviários, a Chácara dos Bombeiros e o jardim Protásio Alves, este último, aguardando apenas a data da entrega. Esse trabalho se deve muito à minha secretária adjunta, Simone Somensi, que está conosco aqui hoje também presente nesta audiência. Depois, eu destaco também o processo de fortalecimento do Departamento Municipal de Habitação. Essa autarquia segue ainda com uma estrutura abaixo da necessidade do desafio que tem e abaixo da nossa vontade de entregar melhores serviços à população, especialmente à população mais pobre. Quando nós propusemos uma readequação do quadro da estrutura do DEMHAB, apresentamos aos servidores, no início deste ano, a proposta de um novo DEMHAB, construída a partir de uma comissão formada por cinco servidores efetivos do Município e com lotação em diferentes secretarias. Essa ideia foi apresentada e avaliada a todos os servidores ativos do departamento. Eles, ao longo de um mês, em reuniões sem a participação da direção, sem a participação deste diretor ou de qualquer outro integrante da gestão, avaliaram o processo. Foi me dada esta análise por servidores do DEMHAB, que apresentaram uma contraproposta que hoje se transformou num projeto de lei, no PLE nº 020/2021, que, em breve, também será analisado por este Legislativo. É importante destacar, é importante que todos saibam que se trata de uma construção dos servidores do DEMHAB com a gestão, com muita democracia. Essa construção, demonstra mais uma característica da nossa atuação, que é o diálogo.

A pasta da habitação, vereadores e vereadoras e todos os senhores e senhoras participantes desta reunião, ela foi incansável, vem sendo incansável no atendimento às comunidades que demandaram agendas e aos pedidos dos vereadores e vereadoras, seja em visitas aqui ao DEMHAB, à Smharf, seja em pautas em campo, nas mais diferentes comunidades e bairros de Porto Alegre, olho no olho com as lideranças comunitárias, muitos encaminhamentos foram ou estão sendo construídos. Ouvir a cidade de Porto Alegre e as suas demandas é uma preocupação presente na nossa rotina. Só que há um desafio, e aqui eu sugiro a todos, um desafio que só será vencido com uma maneira mais simples de atuarmos e avançarmos, ter a capacidade de transformar essa abertura para o diálogo numa solução que, de fato, ofereça melhores condições de atender a cidadania que mais precisa, melhores condições de atender os excluídos. Melhores condições de atender aqueles que geralmente são esquecidos pela cidade formal é uma necessidade deste

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

departamento. Nós seguiremos dialogando e precisamos dialogar, mas esse diálogo tem que ter um caminho que possa se transformar em soluções concretas que impactem na vida das pessoas.

É nesse contexto que entra o projeto de lei em discussão nesta audiência pública, que será, muito em breve, apreciado, criticado, melhorado, emendado, votado e, eu espero, digo isso aos vereadores e vereadoras, aprovado. Mas eu peço a toda audiência que está conosco nesta audiência pública que, nessa análise, se leve sempre em conta que, em todas essas etapas, de melhoria, de emenda, de votação, de crítica, é preciso se ter em mente a urgência nas deliberações e no atendimento das demandas com a simplificação do projeto. A cidade tem pressa é o que nos diz sempre, a mim, ao secretário Cassio Trogildo e aos demais secretários do governo, o prefeito Sebastião Melo. E como nós estamos falando dos mais vulneráveis, essa pressa é sempre maior e pode custar, em algum momento, a saúde, a vida ou a segurança dessas famílias vulneráveis. Senhores vereadores, senhoras vereadoras e toda essa audiência que nos acompanha hoje, o ano em que nós tivemos a maior utilização de recursos do fundo municipal de habitação de interesse social foi no ano de 2015, com a liquidação R\$ 18,1 milhões. Nos anos seguintes foram R\$ 8,7 milhões, em 2016; R\$ 2,2 milhões em 2017; passando para valores inferiores a R\$ 1 milhão entre os anos de 2018 e 2020. Em 2018, por sinal, foi o ano com a menor liquidação de valores do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, foram pouco mais de R\$ 600 mil que foram liquidados, ou seja, efetivamente usados em ações de habitação. Nós obtivemos, nesta gestão do prefeito Sebastião Melo, do secretário Rodrigo Fantinel, da Fazenda, o compromisso de usarmos efetivamente para a sua finalidade os recursos do FMHIS, que são obtidos em cada ano corrente. Ou seja, o que entra em 2021, nós podemos gastar em 2021; o mesmo ocorrerá em 2022, 2023 e 2024. A série que eu apresentei há pouco, mostrando um gasto na casa de R\$ 600 mil nos últimos anos, nos mostra que isso é um grande passo diante da realidade que o Município tinha até então. Só para se ter uma ideia, neste ano de 2021, ingressaram, até o mês de agosto – esse dado é de hoje, que está sendo revisto, com a entrada de agosto, pela Secretaria Municipal da Fazenda –, no FMHIS, R\$ 22.716.027,81. E o apelo que nós fazemos por este projeto e a discussão que fazemos no dia de hoje é para que nós não percamos esses recursos. Nada é pior para o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

gestor, nada é pior para a cidade do que termos recursos e não conseguirmos acessar esses recursos para o atendimento das demandas. Eu repito que, no caso da habitação, são demandas dos que mais precisam. E o que nós precisamos, eu repito aqui, é de simplificação. A gente precisa simplificar, a gente precisa de agilidade nas decisões do conselho gestor para que nós possamos cumprir, por exemplo, com o compromisso da Prefeitura na solução do problema das 41 famílias da Ilha do Pavão, que foram expulsas de casa pelo tráfico; nós precisamos de agilidade para que nós possamos oferecer alternativas, como o bônus-moradia, para famílias que vêm sofrendo há anos, esperando uma solução para os seus destinos por parte do Município, como é o caso dos 650 núcleos familiares da Vila Liberdade, muitos deles estão desde 2013 em aluguel social em razão de um incêndio que afetou o local, e até agora não têm um destino para suas vidas. Ou então de seus vizinhos ali pertinho, do bairro Humaitá, da casa de passagem: foram levados para lá essa centena de moradores no início do século por uma situação transitória com a qual eles convivem há quase duas décadas, e já há muito tempo convivem também com o risco de um incêndio em razão da péssima situação da rede elétrica do local, em função das ligações irregulares. Ou ainda para os moradores da região Represa da Lomba do Sabão e da Vila dos Herdeiros, onde estivemos hoje, que clamam por alternativas diante da ameaça de um acidente no local, e isso tem sido tratado no âmbito do Município, inclusive com audiência comandada pelo prefeito na Amrigs, ainda no mês de junho. Ou ainda podemos atender, a todos que nos acompanham, reivindicações justas como a do Mocambo, um ponto de resistência negra aqui no centro de Porto Alegre que precisa ser consolidado. Fora as demandas judiciais que seguidamente batem à nossa porta pela incapacidade histórica de encaminhar a decisão de uma solução para a crise habitacional, onde demandas que são oriundas do Orçamento Participativo, da participação popular, e que também acorrem aos recursos insuficientes do fundo para fazer frente à importância do problema. Os recursos são poucos e nós precisamos simplificar o acesso a eles.

Senhoras vereadoras, senhores vereadores, todos os que participam dessa audiência pública, esse projeto de lei aqui em debate visa tornar mais dinâmica e eficiente a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, visa simplificar. Hoje o conselho gestor desse fundo é composto por nove membros do Conselho Municipal de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

Acesso à Terra e Habitação, o Comathab, sendo três representantes de entidades de classe, três de entidades comunitárias e três de órgãos governamentais. Esse Comathab fiscaliza as deliberações relativas ao fundo na atuação dos seus 27 membros constituídos. Isso no papel, porque na prática o conselho gestor do fundo ainda não está instalado, uma vez que o Comathab recém foi empossado. Permitam-me aqui fazer um parêntese: o Comathab estava praticamente inativo e foi reativado por iniciativa desta gestão, que queria a participação popular e precisava da participação popular, num processo que precisou ser célere para a constituição do Comathab, diante da urgência em recompor o conselho, as suas câmaras, mas com uma grande participação no processo eleitoral, e que foi referendada recentemente pelo Ministério Público, arquivada uma demanda que foi apresentada questionando o processo eleitoral para esse Comathab. Mas voltando ao tema sobre o conselho gestor do fundo: considerando a celeridade com a qual o Município precisa promover as políticas públicas habitacionais, é imperativo que consigamos reunir o conselho gestor do fundo de uma forma ágil, respeitando a participação da sociedade civil ao passo que as deliberações consigam vencer a já constatada dificuldade em reunir os nove representantes que compõem ou compunham até então o conselho gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Tendo em vista essa problemática e atendendo a proposta de simplificar e agilizar decisões, propomos alterações no *caput*, os incisos II e III, e o parágrafo segundo do artigo 4º da Lei Complementar nº 612/2009 no sentido de atualizar a composição do conselho gestor do fundo para seis membros, sendo um representante de entidade de classe, dois de entidades do movimento comunitário e popular, e três de órgãos governamentais. A Legislação Federal, quanto ao tema, define no artigo 10º, *caput*, e no artigo 12, inciso II, da lei do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Lei nº 11.124/2005, que o conselho gestor é um órgão de caráter deliberativo e será composto de forma paritária por órgãos e entidades do poder Executivo e representantes da sociedade civil. Esta proposição aqui em discussão, portanto, está em conformidade com a legislação federal, uma vez que estabelece a paridade hoje inexistente no conselho gestor, composto por três representantes de órgãos governamentais e três da sociedade civil, sendo desses, repito, um de entidades de classe e dois de entidades do movimento popular. Só para se ter uma ideia, o conselho gestor do FMHIS é composto por

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

12 representantes do governo e por 12 representantes da sociedade civil, sendo que os representantes da sociedade civil são apenas quatro dos movimentos populares, três são da área empresarial, órgãos de representação de trabalhadores, outros da área acadêmica e outros de ONGs. Esta representação que compõe o conselho gestor do FMHIS foi assinada pelo então ministro Márcio Fortes de Almeida, no ano de 2006, quando presidente do conselho gestor do fundo. O que nós estamos fazendo e propondo é adequar Porto Alegre à realidade nacional e também a outras capitais. É importante ressaltar que o Comathab, no exercício do mandato dos seus 27 membros, tem, entre as suas responsabilidades, fiscalizar as políticas públicas promovidas pelo DEMHAB, bem como as determinações do conselho gestor do fundo. Esse conselho, o qual nós estamos tentando simplificar a atuação, ou seja, em termos de transparência e fiscalização, em nada se prejudica com a atual proposta, com a presente proposta de atualização legislativa. Assim como em nada também onera o Município de Porto Alegre.

Nós contamos, nesta reunião, com o apoio dos senhores e senhoras e com a contribuição de todos, para que nós possamos aplicar com celeridade os recursos do fundo, de acordo com a urgências e necessidades que nós temos. A exemplo do pagamento do bônus-moradia; da viabilidade de novos empreendimentos habitacionais, bem como os projetos técnicos para regularização fundiária, entre outras tantas demandas, um atendimento inviabilizado pela atual composição do conselho gestor do FMHIS. Eu lembro o que dissemos há pouco, apenas neste ano, já são mais de R\$ 22 milhões, dos quais foram liquidados, neste ano de 2021, R\$ 2,7 milhões. Esses valores liquidados, eles atendem a uma autorização que foi dada pelo antigo conselho gestor do fundo na sua única reunião de aprovação de projetos no ano de 2020. No ano de 2020, só uma reunião do fundo aprovou projetos. Aliás, em 2020, foram três reuniões realizadas. A reunião que teve mais participantes teve a presença de quatro conselheiros, eram nove, sendo que sempre a maioria era de representantes do governo. Eram três representantes do governo e um representante da sociedade de engenharia, os representantes do movimento comunitário, que devem e precisam participar, não se fizeram presentes em nenhuma das três reuniões do conselho gestor do fundo, no ano de 2020. Eu reforço esse pedido que o que nós estamos solicitando à Câmara Municipal e trazendo à análise desta seleta audiência é a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

simplificação do conselho, para deixá-lo mais enxuto, mais ativo, mais atuante, com a voz do governo e com a voz da sociedade sendo ouvidas no mesmo volume, no mesmo tom, e ouvindo as vozes que vêm, através desta Câmara Municipal, com vereadores legitimamente eleitos pela vontade popular; do Orçamento Participativo, uma mobilização que é histórica e que marca a cidade de Porto Alegre, com as reuniões do Comathab reativado – faço aqui uma saudação à presidente eleita do Comathab, Marília Fidell, que acompanha esta reunião –; do conselho deliberativo do DEMHAB, que tem se reunido para avaliar as ações desse departamento. E toda e qualquer instância da sociedade de Porto Alegre que se preocupe e se comprometa com uma vida mais digna para o povo desta cidade. Essa é uma etapa que nós esperamos cumprir aqui, junto a esta Câmara, para que nós consigamos atender com muito mais agilidade às demandas de habitação que vêm a esse departamento. Eu reforço: estamos trazendo paridade, exatamente como no conselho gestor do Fundo Nacional de Habitação e de Interesse Social. Exatamente como ocorre na cidade de Florianópolis, nossa vizinha, onde são seis representantes. Uma situação de paridade melhor do que ocorre em Curitiba, capital do Paraná, onde dos oito representantes, apenas dois são ligados à sociedade e movimentos populares; como ocorre no Rio de Janeiro, são 24 membros, sendo 12 do Executivo e 12 da sociedade. Nós propomos um conselho mais enxuto para que nós possamos nos reunir com mais frequência, com membros ainda mais comprometidos. Um reforço de uma postura que nós já temos demonstrado ao longo desses quase 9 meses de gestão, de diálogo, de abertura, de atendimento das propostas, de respeito pela comunidade e respeito pela luta pela habitação.

Senhores vereadores, senhoras vereadoras, a todos que aqui representam os movimentos sociais que participam dessa reunião, o nosso muito obrigado. Espero que esse debate possa ser muito rico, contribuir ou referendar ou melhorar o projeto que a Prefeitura tem trazido aqui. Mas eu reforço sempre, aos senhores e às senhoras, no intuito de que nós possamos ter mais agilidade e simplificar os processos, nós estamos no mês de setembro e temos muito recurso ainda no fundo e nós precisamos aprovar essa utilização para poder, rapidamente, colocar na rua e atender as demandas da população de Porto Alegre.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

Presidente Márcio Bins Ely, muito obrigado pelo tempo dispensado a esse departamento, estamos à disposição a qualquer momento para outros esclarecimentos. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, secretário André Machado. Pergunto se mais alguém vai se manifestar em nome do governo. (Pausa.) Concluída essa primeira etapa, diretor, temos alguma associação que vai se manifestar?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, temos inscrições individuais.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O primeiro inscrito é “Host”...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, eu pedi que essa pessoa se identificasse, Presidente, e nós não podemos dar a palavra porque ele não se identificou com seu nome completo – já pedi duas vezes. Declinando seu nome, imediatamente asseguraremos a sua inscrição.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Sra. Simone Somensi está com a palavra.

SRA. SIMONE SOMENSI: Olá, pessoal, boa noite, eu até poderia falar em nome do governo, mas optei por falar em nome da sociedade, porque eu quero trazer uma visão para além de quem está na administração e na gestão de agora, que é um olhar da política pública em si e da gestão dos recursos dentro dessa política pública. A maioria de vocês já me conhece, para quem não me conhece, eu sou servidora de carreira há 20 anos no Município, e um dos problemas que a gente identificou nos últimos anos em relação à utilização dos recursos do fundo foi a dificuldade de poder fazer o manejo desses recursos através dos referendos, dos projetos, através dos conselhos populares. O sistema de participação popular está garantido no nosso Município de Porto Alegre, as diversas instâncias onde a administração pública consulta a sociedade em relação aos seus projetos, e aí está o nosso Comathab, que estava desativado e que agora está em pleno

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

funcionamento, essa foi uma das diretrizes de a gente colocar isso em prática, para poder utilizar os recursos e usá-los conforme deliberações da nossa sociedade, o conselho do Orçamento Participativo passa a ser ouvido, então são uma série de instâncias que a gente quer trabalhar em conjunto com a sociedade. O conselho gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social tem um caráter um pouco mais técnico, digamos assim, para a liberação de PLs e referendos dos projetos que acabam sendo manejados pelo poder público. Quando a gente coloca esses projetos a rodar, a efetivamente fazer as contratações necessárias para utilizar esses valores, nós temos que ter agilidade e temos que ter a capacidade de rapidamente responder às demandas que são colocadas por todos esses conselhos, por toda essa participação popular.

Então, como bem explicou o secretário André, o que nós pretendemos com esse projeto é tratar de forma ágil a questão da gestão administrativa dos recursos, para que a gente não ouça por aí que determinado projeto não foi levado a cabo porque o conselho gestor não se reuniu, porque não houve reunião, porque não foi possível liberar PL ou qualquer coisa desse gênero. A importância desse projeto para nós é para a gente ganhar agilidade, para a gente efetivamente fazer uso de recursos que estão nesse Fundo Municipal, que foi todo construído, todo o sistema construído para garantir recurso para habitação de interesse social, e esses recursos, gente, têm que ser utilizados, têm que ser manejados, não é crível que nós continuemos a operar – como foi operado no último governo – com valores irrisórios sendo manejados pelo Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, a gente quer usar todo o dinheiro que está no fundo, todo o dinheiro disponível para prestar um serviço de qualidade para a população de Porto Alegre. Por isso, esse projeto de simplificação – como disse bem o nosso diretor, falando através do governo – traz uma forma ágil. A gestão pública tem que rever seus conceitos, tem que rever seus processos e, quando detectar alguma falha, propor alterações. É isso que está sendo proposto aqui: uma correção de rumo no curso de um processo administrativo de utilização dos recursos financeiros que são colocados à disposição para a política habitacional de interesse social, está bem? Muito obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Em primeiro lugar, boa noite a todos, um grande abraço. Ouvi a explanação do secretário André, da Simone – um grande abraço, Simone – , e eu acho que fica bem claro, não preciso discorrer os cinco minutos. Nós estamos num processo, na Câmara, junto com a Prefeitura, de agilidade, como vocês falaram: agilidade, simplificação. O que mais a sociedade cobra de nós, Simone – trabalhas há bastante tempo, tens experiência –, é agilidade. O ser humano quer, sem burocracia, ver a coisa andar. Nós estamos num processo em que nós queremos ajudar e queremos ser ajudados, para que a gente tenha simplicidade, para que a gente tenha essa agilidade no plenário. Nós estamos discutindo, sem dúvida, e vamos o ano que vem modificar o nosso Regimento Interno, não tem outra forma. O nosso Regimento Interno é amarrado, e nós ficamos discutindo... Olha, que está falando um ex-atleta aqui, eu canso mais lá no plenário do que se eu jogasse uma partida de futebol; a nossa cabeça cansa. Nós ficamos martelando na mesma coisa, na mesma coisa, sabendo que vai acontecer, ou não vai acontecer, mas ela não é concluída. Então, na realidade, a sociedade pensa assim de nós: que amarração... Discutir tantas vezes que forem necessárias, mas tem coisa que está claro, e a clareza da sociedade, na maioria, quer agilidade dos governos, quer agilidade dos parlamentos. É nesse sentido que nós vamos votar, não tem dúvida. O que nós precisamos aí, todas as prerrogativas, de ouvir a sociedade, de fazer esse debate, de ouvir as explicações. Como disse o diretor Luiz Afonso, não adianta vir aqui brigar com alguém, não estamos brigando, nós queremos ouvir; se dá a palavra para quem se identifica, até para a gente poder fazer o contraponto. A democracia é o contraponto, quem se esconde ou não quer aparecer o rosto, ou não quer dizer o nome, bom, não tem espaço mais na sociedade. Eu prefiro discutir com uma pessoa que apareça do que com uma pessoa que não apareça, porque eu não sei de onde vem a questão.

Concluindo, parece que o plenário fará as suas emendas, as retificações que se fizerem necessárias, vai fazer alguns adendos para melhorar o projeto, mas o caminho é esse. O Parlamento é para isso: para melhorar as condições de votação, para melhorar os projetos que vêm do Executivo e às vezes, até rejeitar, como já aconteceu várias vezes. Mas nesse caso, eu vejo a questão dos fundos municipais, como vocês disseram, eles precisam ser

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

aplicados àquelas finalidades propostas. Por isso tem que ter agilidade, senão perde o tempo, perde o espaço, e se atrapalham em conclusões de opiniões, de critérios que não são bem claros. Então me parece que nós estamos a fim de ajudar, e a Câmara não se furtará de votar com a sua autonomia e dimensão a favor de coisas boas. Se vocês que estão aí discutindo com a sociedade, discutindo conosco, criando alternativas para agilizar e para simplificar os processos, sem dúvida, é esse o caminho. Podem contar comigo no plenário para defendermos essas ideias. Um abraço a todos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O próximo inscrito é o Fernando Vasconcellos.

SR. FERNANDO VASCONCELLOS: Boa noite a todos, Presidente, vereadores e secretário. Gostaria de iniciar a minha fala, primeiramente, parabenizando o secretário André Machado pelo excelente serviço prestado à nossa capital, à frente da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, e gostaria de salientar que hoje, no dia 9 de setembro, Dia do Administrador, que os nossos vereadores possam ter esse olhar para a gestão. É inadmissível hoje que tenhamos fundos para serem utilizados e não podermos utilizá-los por causa de uma burocratização dentro da legislação que não permite que se utilize o fundo, pois não tem a participação de um número X de membros. Esse número que nem paridade existe, pois se precisa de seis membros da sociedade civil e três do governo. Então, acredito que hoje se podemos desburocratizar o sistema, desburocratizar esses processos, soltar essas amarras, nada mais justo do que prestar um bom serviço, pela gestão, e podemos agraciar a população mais carente, como bem disse o secretário André.

Encerro a minha fala aqui e faço esse apelo aos nossos vereadores, que possam votar favoráveis a esse PL. Muito obrigado e boa noite.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Fernando. O Sr. Emerson Santos está com a palavra.

SR. EMERSON SANTOS: Boa noite a todos os vereadores, pessoal que acompanha essa audiência, secretário do DEMHAB, a Dra. Simone Somensi, que vem fazendo um trabalho

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

árduo nas questões da habitação. Só peço desculpas que eu não estou colocando a minha imagem, porque estou com um problema na câmera do meu celular. Esse processo já vem sendo discutido junto ao Parlamento Municipal da Câmara, teve uma passagem pela CCJ, uma grande aceitação de seis votos favoráveis, e com certeza vai priorizar o atendimento da habitação de interesse social.

A questão do comitê gestor, essa mudança de número de membros, nós vamos torcer para que ela seja favorável, favorável para melhorar o atendimento e melhorar a agilidade desses recursos. Com certeza, estamos também discutindo, eu sou conselheiro do Plano Diretor, CMDUA, estamos discutindo também o solo criado, onde vai ser apresentado também a divisão de dois fundos, que é o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, que é esse que nós estamos discutindo aqui, está se formando este comitê gestor, e o Fundo Municipal de Gestão de Território. Então, são dois fundos muito bons para Porto Alegre, para o atendimento de Porto Alegre, mas esses comitês gestores vão ter um grande compromisso em atender, em definir os melhores caminhos para esses recursos. Eu quero também cumprimentar a presidente do Comathab, Marília Fidel, que é a nossa colega também, junto ao Orçamento Participativo, e a gente está trabalhando e discutindo junto com várias comunidades para que haja a possibilidade de acessar esses recursos o mais breve possível, de priorizar as demandas do Orçamento Participativo, a gente tem uma série de demandas atrasadas e, com certeza, esses recursos vão chegar em boa hora. Então, mais uma vez, quero parabenizar todos por essa iniciativa, o prefeito Melo, que vem trabalhando e vem buscando alternativas para a cidade e eu entendo também que somos parceiros aí para essa nova atividade e esses novos recursos. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Emerson Santos, que tem contribuído sobremaneira com as nossas plenárias do Plano Diretor. Obrigado pela participação.

A Sra. Lúcia Oliveira Castêncio está com a palavra.

SRA. LÚCIA OLIVEIRA MARTINS CASTÊNCIO: Boa noite a todos, Presidente Márcio e, cumprimentando, quero cumprimentar os vereadores que estão presentes e também o nosso secretário André Machado e todos os presentes. Excelente fala do nosso secretário

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

André Machado, dando um... (Problemas na conexão.) ...do que de fato está acontecendo. Eu acho que, ao longo da Constituição de 1988, em muitas coisas, a gente foi avançando, e uma delas foi a configuração dos conselhos e que coloca, em todo País, a importância de ter paridade. Muita gente, muitas vezes, o processo não anda. Eu acho que a proposta, Srs. Vereadores, de colocar uma paridade de seis membros - três representantes do governo e três da sociedade civil -, eu acho uma excelente proposta. Eu represento aqui a Somari - Sociedade de Matriz Africana Riograndense. Sou da microrregião 3 do Orçamento Participativo Glória, região 09, e estamos na luta sempre pela questão do direito da habitação. É muito importante para nós, há uma grande necessidade, eu que venho de comunidade que tem muitas áreas de risco, e dependemos de agilidade no processo. Então, eu acompanho e peço aos vereadores que possam acompanhar o processo de votação da paridade, o que propõe o nosso secretário André Machado, que aqui está fazendo até o momento um excelente trabalho, verificando, trabalhando arduamente, e a gente percebe, tem visto isso nas redes sociais, nos espaços, aonde a gente vai, ele está presente, da questão da habitação para a nossa população de Porto Alegre. Nós queremos que Porto Alegre cresça, que ela melhore, que ela fique melhor, que ela se qualifique, mas que ela seja principalmente para o cidadão, para a cidadã de Porto Alegre. Isso é muito importante. As nossas comunidades necessitam. Quero aqui parabenizar a Marília Fidel, presidente, e acho que é importante uma representante vindo de uma comunidade como a minha sendo presidente de um segmento tão importante que defende a questão da habitação. É isso aí, peço aos Srs. Vereadores que possam acompanhar e que possamos todos aí votar pela paridade, por diminuir o número e pela paridade de três e três. Se a gente quer crescer e evoluir, nós temos que acompanhar o processo que se vive na cidade. Obrigada e boa noite a todos, obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Sr. Onir de Araújo está com a palavra.

SR. ONIR DE ARAÚJO: Boa noite, quero saudar todos e todas através da presidente do Comathab, Marília Fidel, saudar os vereadores e as vereadores; é muito importante a iniciativa da paridade, e eu só gostaria de alertar, tanto os representantes da governança

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

que estão apresentando o projeto como os vereadores, que a lógica que nós, da Frente Quilombola, utilizamos é a lógica territorial, com base na Constituição Federal - e Porto Alegre tem 11 territórios quilombolas, em contexto urbano, e 10 retomadas indígenas, entre caingangues e guaranis.

Então, quando a gente fala em regularização fundiária, a gente tem que impor efetivamente o que a Constituição Federal aponta, no sentido de que esses territórios não são territórios individuais; a regularização fundiária deles é coletiva e comunitária. Então, é importante, na gestão desse fundo, e nessa proposta que está sendo encaminhada para estudo, que sejam acolhidas tanto as representações quilombolas, a partir de suas especificidades, como as representações indígenas nesse conselho, no sentido da gestão desse fundo.

Nós temos aí vários territórios que estão em sobreposição com o próprio municipal que já poderiam ter sido regularizados, sob o ponto de vista fundiário, coletiva e comunitariamente, como o Quilombo do Areal e o Quilombo da Família Fidélis, que estão em sobreposição exclusiva com o próprio municipal. Então, nos interessa o acompanhamento desse projeto de lei, para alertar que, independente da governança, ou da gestão ter conhecimento ou não da lei, está em vigor a Convenção nº 169 da OIT, que prevê, nos incisos do seu art. 6º, que qualquer medida, seja legislativa, ou administrativa, que impacte nesses territórios, prescinde à consulta livre e informada aos mesmos. Então, no encaminhamento de projeto de lei que haja a oportunidade para essa consulta livre e informada aos territórios e que, na composição do conselho, essa parcela da sociedade da capital gaúcha esteja representada a partir de suas especificidades e pelo o que a Constituição Federal permite. Nos interessa muito acompanhar esse projeto legislativo.

A pessoa que me antecedeu me falou também sobre a questão do projeto de lei do solo criado, que também nos interessa, bem como outros projetos que estão sendo aprovados, que envolvem projetos imobiliários, empreendimentos, os quais estariam sendo encaminhados sem a devida consulta livre informada aos territórios quilombolas que estão sendo impactados.

Agradeço a oportunidade, saúdo também o Secretário André Machado, e estamos à disposição para contribuir com esse importante desdobramento para a capital gaúcha. Muito obrigado e deixo esse alerta.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Sra. Marília Fidell está com a palavra.

SRA. MARÍLIA FIDELL: Boa noite a todos e a todas, hoje estou presidente do conselho, que a gente ajudou também a construir, o qual, há muito tempo, como colocou o nosso secretário André Machado, a gente não tinha acesso, a despeito do nome do conselho ser Conselho de Acesso à Terra e Habitação. Quero ressaltar, aqui, que nós temos um compromisso muito grande com a habitação. Quem me conhece sabe da nossa luta. Porque o cidadão que não tem acesso à moradia, não tem emprego, não tem acesso à educação, não pode ser considerado um cidadão. Ele se sente fora do processo. E, hoje em dia, as pessoas aqui de Porto Alegre estão morando, em sua maioria, em sub-habitação, pagando aluguéis em área de risco, aluguéis esses que eles não têm condições de bancar, mas estão lá para não estarem nas ruas. As pessoas estão indo morar nas ruas por falta de recursos para pagar esses aluguéis. Sem falar que, há muito tempo, a gente não tem uma política de habitação em Porto Alegre. Hoje, nossa política é uma política que oferece muito pouco em se tratando da casa de emergência, de aluguel social.

Então, a minha proposta, e solicito que aprovem essa proposta que está sendo colocada, é para a gente ver como é que funciona. Eu acho que todas as leis têm que ser vistas como um experimento. Que bom que ela funcione, que ela dê certo, que a gente consiga ir para a prática, ir para desenvolver uma política de habitação de interesse social de verdade, que contemple todos os segmentos, como foi colocado pelas vozes que me antecederam. Todos têm direito à moradia digna. Hoje nós estamos até incluindo algumas pessoas na moradia com o programa Minha Casa Minha Vida. Nós garantimos a moradia, mas nós não conseguimos garantir a manutenção dessas famílias nessas moradias, porque muitas delas não estão hoje aptas a estar morando numa moradia horizontal, pagando condomínio, pagando água, pagando luz, quando a maioria delas não tem seu emprego, seu sustento. Eu conto com vocês, com os vereadores aí, para que tratem com carinho esta proposta. E contem comigo, com certeza, para a gente fazer uma grande conferência. Nós temos que fazer, no ano que vem, uma grande conferência, um grande debate sobre habitação nesta cidade, propositivo, para que a gente consiga atender não só àqueles que estão sendo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

reassentados, que estão em área de risco e precisam de um atendimento imediato, mas também uma para ter uma política para que as pessoas possam sair de seus aluguéis, possam deixar de morar de favor e possam dizer que são proprietárias. Eu defendo uma sociedade legal, eu defendo uma sociedade em que a pessoa saiba que ela pode entrar na sua casa e que dali não a tirarão, a não ser que ela queira sair. Eu estou com o conselho muito bem, tenho a minha vice, a Karen, e a minha vice, a Denise, e nós temos um colegiado muito bom, com compromisso social. Não quero me estender muito, só quero agradecer, participar deste momento e dizer que a gente está junto para uma cidade melhor, para uma Porto Alegre inclusiva, para todos, os quilombolas, como foi falado aí, para todos os que precisam de uma moradia. E dá para fazer, dá para fazer, se tiver vontade política e souber distribuir bem o recurso, inclusive, a questão da regularização fundiária, que é uma pauta muito importante para Porto Alegre. A pessoa tem direito a ter o seu título de propriedade, e eu comungo com essa ideia também. Mas também temos que pensar em construir unidades habitacionais para aqueles que estão esperando desde 2008, se inscreveram, estão ali na luta, esperando conseguir o seu cantinho com muita dignidade e cumprindo a regra, cumprindo a lei, esperando o momento certo de ter o seu título, a sua casinha, o seu lar. Para mim, casa, moradia, ela tem que ser um lar. Essa é a nossa luta. Muito obrigada a todos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Marília. A nossa sempre vereadora Maristela Maffei está com a palavra.

SRA. MARISTELA MAFFEI: Boa noite a todos, cumprimentando o nosso Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, cumprimento todos os Parlamentares presentes nesta audiência; cumprimentando o nosso secretário André Machado, Dra. Simone Somensi, cumprimento todos os representantes do Executivo municipal e os demais que estão nos assistindo. Quero, primeiro, dizer da importância deste momento, do momento que nós estamos construindo em meio ao contraditório. Dizem que, com o contraditório, a gente consegue avançar; às vezes, é difícil, mas estamos aqui. Fiquei sabendo há pouco desta reunião e, assim que recebi o *link*, entrei imediatamente pela sua relevância, Onir, e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

tive a graça de poder escutar a tua fala logo do meu acesso neste *link*. Quando a gente fala em questão de participação, quero lamentar a falta de divulgação que teve da eleição do Comathab, principalmente na nossa região, foi um caos, a maioria não ficou sabendo. Quero lamentar e dizer que bom que ainda a gente conseguiu participar daqui. Quero falar em específico, rapidamente, sobre a questão da regularização fundiária, de uma parceria que nós estamos fazendo e está sendo preciosíssima, que é a nossa experiência da Rua da Comunidade. Com a discussão-piloto que nós estamos tendo junto com o DEMHAB e a CEEE, estamos conseguindo avançar e fazer com que as nossas comunidades não sejam tão atingidas da forma que estão sendo, pois, na medida em que não têm a regularização, elas também carecem da regularização da instalação da rede elétrica, e, com isso, a gente sabe muito bem como as coisas se dão. Foi necessária uma grande mobilização para que acontecesse isso, mas quero salientar aqui que a figura do secretário André Machado e da Simone Somensi, que nós temos conseguido avançar muito, como é o que caso agora da Morada das Pedras. Porque, infelizmente, as pessoas acham que – eu estou conselheira do Plano Diretor – o conselho Plano Diretor é apenas para aprovar grandes empreendimentos nesta cidade, quando nós sabemos que nós discutimos o trânsito, discutimos o meio ambiente e discutimos também a regularização fundiária, que é um dos pontos que nós batemos muito. É lá que nós aprendemos. Nem sempre a gente aprende aqui na Câmara, onde fui vereadora por tantos anos, a questão dos gravames. Muitas vezes as pessoas acham que dar nome de rua é estar estabelecido na cidade, e a gente também aprende que se não tiver no gravame, nós não estamos no mapa. Então, enquanto o Plano Diretor e representante da RP7, quero me colocar à disposição para fazer parte dessa comissão, para ampliar o debate, o diálogo em relação a esse projeto tão significativo para nós.

Só para terminar, dizer que no Minha Casa, Minha Vida, na Zona Sul, nós tivemos uma audiência semana passada com a Secretaria da Fazenda, as pessoas estão morando hoje em apartamentos, graças ao Minha Casa, Minha Vida, construído por todos nós, na resistência de muitos. As pessoas não sabiam ainda como lidar com o IPTU, que tinha uma palavra chamada direito. Então, sim, tem que falar bonito em relação à participação, mas

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

tem que fazer valer a palavra participação, e participação para todos. Muito obrigada, Sr. Presidente, por ter aceitado a minha inscrição.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigada, Maristela Maffei, ex-vereadora, hoje representando a Região de Planejamento nº 7. O Sr. João Carlos Nedel está com a palavra.

SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Prezados senhores e senhoras, diminuir o déficit habitacional de Porto Alegre, encaminhar soluções para os moradores em situação de risco, na beira ou dentro dos arroios, em taludes, em áreas alagáveis, embaixo de redes de alta tensão e outras situações de risco, também as situações das pessoas em longo aluguel social e ainda a regularização fundiária, tudo isso é uma meta prioritária do prefeito Sebastião Melo, que encarregou o DEMHAB e a Secretaria de Habitação e de Regularização Fundiária para executá-la, e o secretário André Machado para liderar o atingimento desse objetivo. Para isso tudo, precisamos de recursos. Muitas vezes, esses recursos existem, mas estão escondidos pela burocracia, e foi o que aconteceu em momentos passados. O projeto que se refere à presente audiência pública visa desburocratizar e otimizar a utilização do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Por isso, é de fundamental importância o apoio dessa audiência pública à indicação de aprovação deste projeto para o bem de toda nossa cidade. A compactação do conselho gestor do Fundo Municipal vai desburocratizar o diálogo e focar no objetivo dos investimentos prioritários da habitação social. Então, pela aprovação do presente projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, João Carlos Nedel, sempre vereador desta Casa. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Não utilizarei os cinco minutos, eu acho que o ex-vereador João Carlos Nedel me contemplou, mas eu preciso fazer um registro aqui: estudando um pouco o assunto, queria fazer uma referência também a um ex-colega nosso, que continua sendo colega, o vereador João Carlos Nedel. Posso dizer aqui, publicamente, que ele foi um dos vereadores que mais me acolheu quando eu cheguei na Câmara de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

Vereadores, me ensinou muito sobre o grande número, de centenas de locais na cidade de Porto Alegre que precisariam e precisam ainda de regularização fundiária. Ele me levou para conhecer as nascentes, me levou para os arroios urbanos, então eu quero fazer um agradecimento público ao ex-vereador, João Carlos Nedel, por toda essa generosidade em ensinar àqueles que chegam. Mas eu também não posso de deixar de fazer um registro a um ex-colega, Nelcir Tessaro, se não me engano foi o autor quando foi vereador na questão de fundos na época da habitação, a lei que criou, está vigente, foi em defesa do Tessaro quando ele era legislador do nosso Município. Eu acompanho, nesses últimos anos, as tentativas, às vezes, de enxugar gelo. Hoje, por exemplo, eu testemunhei a frustração da comunidade – para quem conhece, a Associação de Moradores Boais – que tem uma área que foi invadida numa bacia de contenção, o desespero daquelas pessoas que compraram, que pediram a regularização, a gente tem mecanismos hoje fantásticos, a questão do Reurb. Eu ouvi a Maristela, ex-vereadora, a gente tem conhecimento numa área que também precisa muito de regularização, que é Zona Leste da cidade, a gente tem muitas ferramentas, mas a gente, às vezes, se frustra no meio do caminho, as pessoas que querem fazer as coisas direito, às vezes, se frustram porque tem a burocracia, a legislação e acaba contemplando as pessoas que não vão pelos caminhos de regularização, não vão pelos caminhos corretos. Fazendo esses registros, eu quero deixar muito claro que discuti sobre esta audiência pública com a bancada, falei com os vereadores Kaká, Ramiro, Gilson, é apoio total ao objeto desta audiência pública. A nossa bancada apoia, sabe do pepino, o tamanho da necessidade e apoia incondicionalmente a solução encaminhada pelo Poder Executivo que hoje nós estamos discutindo. Quero deixar muito claro que já foi debatido em reunião de bancada e a bancada nossa, do PSDB, certamente vai lutar junto, ombrear junto com o setor de habitação da Prefeitura.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O secretário Trogildo, da Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política – SMGOV, está com a palavra.

SR. CÁSSIO TROGILDO: Boa noite Presidente Márcio, uma saudação muito especial a V. Exa.; ao diretor legislativo, Luiz Afonso, que ambos tem conduzido com muita maestria

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

tantas audiências públicas e tantos temas importantes que estamos debatendo na nossa cidade, em especial de projetos encaminhados pelo Executivo Municipal. Eu queria aqui reforçar uma parte da fala do secretário André Machado que foi lá em janeiro, numa convocação extraordinária, quando foi votada a reforma administrativa, demonstração que deu o Prefeito Sebastião Melo juntamente com o Vice-Prefeito Ricardo Gomes de encaminhar a criação da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. Tema tão debatido durante a campanha eleitoral, foi compromisso de campanha do Prefeito Sebastião Melo e ele consumou no primeiro mês da sua gestão enviando para a Câmara, que prontamente acolheu, a criação da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária justamente com uma demonstração de quão importante é esse tempo para o nosso governo e para a nossa gestão.

Queria, aqui, também saudar o secretário André Machado e dizer que ele fez uma manifestação aqui no início irreparável, com muito conteúdo, didático, o que demonstra que o Prefeito Sebastião Melo fez uma grande escolha para a condução da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária juntamente com a nossa querida amiga, procuradora de carreira, Simone Somensi, que há tanto tempo atua na área da regularização fundiária e que sabe o quanto é doloroso não se ter os recursos para fazer a regulação fundiária e, quando se tem os recursos, não conseguir utilizá-los por debilidade da burocracia ou por falta de eficiência. Então esse processo está buscando sistematizar, simplificar. Saudar também o querido amigo, João Carlos Nedel; os demais vereadores, o Ver. Cassiá Carpes, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver. Moisés Barboza, Ver. Aldacir Oliboni; a sempre vereadora Maristela Maffei; os representantes da sociedade civil, o Emerson, do CMDUA, a Maria Fidell que assumiu o Comathab, e dizer que entendo que este projeto deve de ser votado o mais rápido possível para que se ajuste um conselho gestor no FMHIS e que, logo, logo se possa, com esses recursos, ir para aplicação das políticas públicas tão necessárias, principalmente para os que mais precisam, das nossas periferias, das cooperativas habitacionais, das áreas irregulares que precisam ser regularizadas; logicamente não teremos os recursos necessários e suficientes, mas os recursos disponíveis precisam ser imediatamente, Ver. Cassiá, utilizados para essas comunidades para que a gente tenha a busca da mordida digna, a busca da regularização dos que estão em áreas irregulares. E a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

gente sabe o quanto isso representa, em termos de ganho de valor, é todo um mercado que se forma também, além do que as pessoas terão a propriedade, poderão deixar de herança para seus filhos, para seus netos, como um bem de família. Agradeço aqui mais uma vez à Câmara Municipal por todo o apoio que tem dado aos projetos que o Executivo tem encaminhado, parabenizando pelos resultados obtidos até agora. Muito obrigado, um grande abraço a todos.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, secretário Cassio Trogildo. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudações, Presidente, demais colegas vereadores, vereadoras, nosso Secretário Municipal de Governança Local e Coordenação Política, Cassio Trogildo, que tem sido muito presente na Câmara, como também o nosso secretário de Habitação, André Machado, a Simone, que tem feito um trabalho, acompanhando as audiências. Eu tive a alegria de ter várias reuniões com a equipe, saudando a todos e todas que estão aqui, dizendo, inclusive, para o André e para a Simone que a Câmara tem votado muitas AEIS, viu – essa legitimidade da Câmara é fundamental, e este votamos várias AEIS, como ao longo dos anos que passamos por lá, o Cassio, o Cassiá que está aqui, sabe muito bem, Márcio, são centenas de AEIS. E essa articulação política da Câmara é fundamental, não só para a peça orçamentária, não só para emendas impositivas, mas quero parabenizá-lo também pela iniciativa, saudando aqui a Maristela Maffei. Eu cheguei atrasado porque estava em outra reunião, mas creio que o Fundo Municipal de Interesse Social, Cassio, nos dará possibilidade de poder resolver casos muito mais urgentes. Eu não peguei aqui a fala do André, mas, pelo que tu falaste que o André já falou, nós temos hoje casos muito delicados que acontecem no dia a dia da vida da nossa capital, como por exemplo, quando acontece uma grande chuvarada, pessoas que moram em área de risco, vento, acabam caindo essas casas – essas famílias precisam ser alocadas em algum lugar; incêndios, olha, mês passado, na região leste, o André sabe disso, pegou fogo em casas de três famílias. O corpo de bombeiros – infelizmente, a estação da região leste foi deslocada para o Alto Petrópolis, já tivemos reunião com o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

Cassio, teremos reunião amanhã, será aberta licitação para reforma. Então, são muitas coisas que acabam se concatenando, e que essa emergência seja resolvida o mais rápido possível. Mas quando acontece um incidente dessa natureza, eu tenho certeza de que o secretário terá que ter recursos para poder agilizar a emergência. Nesse sentido, Cassio, pode ter certeza de que nós... Eu estou aqui, mas como líder da bancada, tenho certeza de que tens uma enorme sensibilidade por esse problema social da nossa cidade. Também acompanhei a fala da Maffei, que trabalha nessa direção, uma grande lutadora também nesse sentido, como também ouvi a história do Nedel lá na Câmara, lutando como nunca, para poder estruturar essa questão do DEMHAB, Nedel, um grande companheiro de luta pela redução das desigualdades. Então, quero dizer aqui, Presidente, Cassio, vamos trabalhar junto, não sei como está o andamento do projeto na Câmara, qual é a pretensão; acho de extrema importância nós criarmos a viabilidade de que, de fato, o fundo vá para resolver esses problemas que a secretaria tem e terá ao longo da sua história, porque, queira ou não, Porto Alegre, em toda a sua periferia – são mais de 500 comunidades, vilas, com uma enorme dificuldade social. E não é só isso, tem a questão da regularização fundiária, temos de andar a passos largos. Espero que o André possa fazer um belo trabalho à frente da secretaria. Um forte abraço.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Oliboni. A Sra. Ângela Comunal está com a palavra.

SRA. ÂNGELA COMUNAL: Boa noite, então, a todas e a todos! Quando a gente recebeu esse indicativo da reunião no gabinete da Ver.^a Bruna Rodrigues, nossa vereadora, fui a pessoa indicada para participar porque gosto muito do tema. A vereadora, hoje, não pode participar, está em outra reunião importante para a nossa pauta também, e vim participar. Deixei para me inscrever mais para o final para ouvir um pouco das outras falas, como a fala do Comathab, da Marília Fidell, que a conheço há bastante tempo; também da Maristela Maffei, que é a nossa conselheira aqui, da R7. Eu hoje – aí falando por uma experiência, eu gosto muito desse tema mesmo – me descobri comunitária e do movimento social a partir de uma ocupação. Hoje eu ainda moro nessa ocupação há 30 anos, que é aqui no

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

Morro da Cruz. A Zona Leste tem muitas ocupações e uma delas é onde eu moro, que é no final da Rua Nove de Junho, no Morro da Cruz. Percebo a importância deste tema para a cidade, da regulação fundiária. Nós temos hoje, em Porto Alegre, muitas regiões, praticamente todas as nossas regiões do Orçamento Participativo têm problemas de regulação fundiária. Na Zona Leste, os espaços são mais consolidados – a gente até discutiu uma proposta de audiência pública até pelo Ver. Oliboni –, uma boa parte aqui da região que já está consolidada, mas não tem a regulação fundiária, e outra grande parte da São José é do poder públicos, as áreas são do poder público, e também não tem essa questão de regulação fundiária. Então, as nossas ruas não são tão adequadas, tem muito becos, toda essa questão assim. Conheço ali a Chácara da Fumaça, Wenceslau, Timbaúva, conheço bem essas regiões assim, e acho muito importante esse tema. Por isso, deixei para falar por último para ouvir um pouco os outros, como ouvi o Onir, a Maristela, a Marília, e para pedir a opinião deles enquanto conselho, enquanto sociedade civil para poder dizer: “Bom, estamos juntos”. Até vou dizer para vocês que, às vezes, é um pouco difícil alguns temas que são discutidos na Câmara de Vereadores, porque, na verdade, nem sempre a gente consegue ter um consenso, um exemplo disso foi ontem: a votação, a plenária bem tumultuada e não teve esse consenso de uma coisa importante para a cidade. Esse tema é um tema importante e percebo, nas falas aqui, que tem esse consenso do qual é importante é esse tema. Então, o gabinete da vereadora fica à disposição para todo o auxílio – neste momento ela está presidindo a CEFOR –, pelas emendas e pelas questões que a gente colocou de debate para essa questão da regulação fundiária e da habitação em Porto Alegre. Estamos tendo, pelo gabinete, uma boa relação com o DEMHAB, o André Machado, tivemos algumas reuniões, sempre fomos muito bem recebidos, queria colocar isso, eu acho que é importante a gente também falar quando as coisas são positivas, e não só quando são negativas. Então, apoiamos também esse tema enquanto regulação fundiária, e vamos estar sempre juntos quando o tema for importante para o coletivo, acho que isso é importante e queria deixar essa fala registrada aqui. Obrigada e boa noite.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Mais algum vereador se inscreve? Temos mais alguma inscrição diretor?

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, Presidente, não temos mais inscrições.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Então, passo a palavra ao governo para as considerações finais. O secretário André Machado está com a palavra.

SR. ANDRÉ MACHADO: Presidente Márcio Bins Ely, Luiz Afonso, que é o nosso 37º vereador, diretor desta Casa, que sempre auxilia nos trabalhos do Legislativo. Eu quero, primeiro, fazer um agradecimento à Simone, ao Cassiá, ao Fernando, ao Emerson, à Lúcia, ao Onir, à Marília; à minha amiga, Maristela Maffei; ao meu amigo, João Carlos Nedel; ao Ver. Moisés Barboza; ao secretário Cassio Trogido, meu companheiro de governo; ao Ver. Oliboni; à Ângela, que trabalha com a minha também amiga Ver.^a Bruna Rodrigues, eu quero fazer um agradecimento a todos vocês pela contribuição que trouxeram a este debate. Quero destacar algumas coisas que acho muito importante ressaltar do porquê este debate está sendo feito, mesmo que nós temos conquistado, como a Ângela muito bem pontuou ali no final, uma espécie de consenso nos encaminhamentos que são dados. Hoje nós temos, pela lei atual, nove membros integrando o Comathab: três do governo, três de entidades comunitárias e três de outras entidades, algumas do movimento popular comunitário, outras três entidades. Nós temos nove membros que, no ano passado, reuniram-se apenas três vezes. Na reunião que tivemos mais pessoas do conselho, tivemos quatro. Nós estamos propondo que esse conselho seja mais enxuto, mais ágil e mais simplificado, com três pessoas representando o governo e outras três pessoas representando a sociedade, duas, do movimento comunitário; e uma, de parte das entidades, enfim, dentro da composição do Comathab, porque esses membros saem por escolha dos conselheiros. como prevê a legislação. O que nós estamos fazendo não é inventar a roda, é adequação desse nosso processo à legislação federal. Nós estamos fazendo como é no Conselho do Fundo Nacional de Habitação, dando paridade entre sociedade e governo, lá são doze do governo e doze da sociedade, nos mais diferentes segmentos, tanto empresariais quanto de trabalhadores, da mesma forma como se tem em

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

Florianópolis, da mesma forma como se tem no Rio de Janeiro, como se tem em tantas outras cidades. Por que a gente acredita que isso é necessário? Porque nós precisamos reunir o conselho gestor do fundo rapidamente e nós precisamos que o Comathab, depois que passar pela Câmara esse processo, se assim for o desejo dos vereadores, como já se manifestou o Ver. Moisés Barboza, é o desejo da sua bancada, da bancada do PSDB, a quem agradecemos por esse apoio, nós precisamos que aqueles conselheiros escolhidos sejam efetivamente comprometidos. Não é possível que pessoas eleitas para participarem de conselhos que são fundamentais para a cidade de Porto Alegre, e tem aqui o caso da ex-vereadora Maristela Maffei, que é uma atuante integrante no Conselho do Plano Diretor, que pessoas sempre façam parte do conselho e não atuem, era o que vinha acontecendo, e a gente não conseguia aplicar o recurso. Esses vinte e poucos milhões que nós já recolhemos até este momento no FMHIS neste ano, que nós poderíamos estar usando, são muito pouco, presidente do Comathab, Marília Fidell, para construir unidades habitacionais em Porto Alegre, muito pouco, daria para fazer quase nada. Mas é muito dinheiro, Marília, se nós perdermos o acesso a esses recursos, é muito dinheiro se nós não conseguirmos atender essas demandas que a Ângela nos traz, que o Ver. Oliboni nos traz, que o Onir nos coloca em relação às causas quilombolas e indígenas no Município de Porto Alegre. Até referi anteriormente porque assumi esse compromisso numa reunião com o Orçamento Participativo do Centro, na comunidade do Mocambo, que nós possamos atuar com recursos do fundo para consolidar o Mocambo, que é um espaço de representatividade negra aqui em Porto Alegre. Quero destacar que hoje, porque no ano passado, em uma única reunião, se aprovou recurso do fundo, nós estamos pagando os recursos da construção das casas da aldeia indígena charrua, polidoro, lá no Canta Galo, no limite com Viamão, com recursos do fundo, e nós precisamos ter mais projetos que nós possamos usar esses recursos.

A Simone, que controla e comanda a regularização fundiária dentro da secretaria, tem feito um trabalho excepcional. Se nós conseguirmos, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Cassiá Carpes, que comanda a CUTHAB, neste Município, mais recursos e mais gente para trabalhar conosco aqui no DEMHAB, não somos nós que vamos fazer chover, é a cidade de Porto Alegre que vai dar um exemplo no Brasil, na dignidade das pessoas e da inclusão dessas

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

peças na cidade formal, tendo direito a cobrar inclusive aquilo que o poder público lhe deve. O prefeito, eu repito, primeiro disse uma frase que eu e o secretário Cássio Trogildo estamos literalmente carecas de saber, eu mais do que o secretário Cássio, o prefeito sempre nos diz que a cidade tem pressa. Outra frase que o governo sempre nos fala é que governo e feijão funcionam muito melhor sob pressão. A gente precisa de uma comunidade que se insira, que seja dona dos seus direitos, que tenha lá o seu IPTU para cobrar ainda mais da Prefeitura melhorias, e esses recursos do fundo, entre outras coisas – quero mandar um abraço para o ex-vereador e ex-presidente desta Casa, Tessaro, que também ingressou nesta reunião –, pela lei que o Tessaro ajudou a votar também na Câmara Municipal, ajudou a aprovar, ajudou a construir, ele permite que nós, por exemplo, façamos melhorias de infraestrutura nesses locais, entre outros tantos caminhos que a legislação permite do uso do acesso dos recursos do fundo. Mas, eu repito, nós precisamos ter acesso a esses recursos.

Então, vereadores, eu faço aqui um apelo ao Cassio Trogildo, que tem nos liderado na construção do diálogo com a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que nós aproveamos com muita agilidade esse processo para que nós possamos já compor com o Comathab, com essa nova gestão, muito brevemente, esse novo conselho gestor do fundo, mais ágil, que possa se reunir com muita frequência e aprovar esses temas, porque o debate, a discussão ampla com a sociedade vai ser feita dentro do âmbito do Comathab, vai ser feita, Ver. Cassiá, em todo momento que o senhor me chamar para participar das reuniões da CUTHAB, como temos participado todo momento que somos acionados, e que esse conselho gestor possa tecnicamente decidir as aplicações dos recursos. Repito e concludo, Presidente Márcio Bins Ely: são poucos para atender às imensas demandas que nós temos em Porto Alegre, mas eles são muitos recursos para que nós não possamos ter acesso a eles, que nós percamos esses recursos pelo pior dos motivos, que é a falta de agilidade em cumprir aquilo que a legislação nos determina nos mecanismos de acesso a esses valores. Nós temos que atender as comunidades lá da Vila Liberdade, da Vila dos Herdeiros, da Casa de Passagem, o pessoal da represa da Lomba do Sabão, ali onde o Ver, Moisés atua, e tantos segmentos em Porto Alegre que nos demandam regularização fundiária, que nos demandam habitação justa, nos demanda um bônus moradia para poder

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

morar em locais melhores do que estão diante da impossibilidade que temos de construir novas unidades habitacionais. Reforço aqui, mais uma vez, a importância do cooperativismo dentro desse departamento.

Agradeço a todos pela participação, agradeço por todas as manifestações. Esse departamento está aberto ao diálogo com a sociedade, é claro que no que diz respeito a este projeto, neste momento. O fórum de debates é a Câmara Municipal, onde os vereadores vão apreciar em plenário e nas Comissões esse processo, mas sobre esse e qualquer tema, nós estamos disponíveis. Então, mais uma vez, agradeço a participação de todos nesta audiência, agradeço o respeito que tratam a causa da habitação, e tenho certeza de que o tratamento que nos é dispendido nessa noite é totalmente proporcional à relevância que nós damos a esse tema e a importância que nós damos a cada cidadão de Porto Alegre que luta pela sua habitação ou por garantir a dignidade da moradia àquelas pessoas que tiveram menos oportunidades que nós ao longo de toda sua trajetória. E é pelo nosso respeito ao direito constitucional de moradia de cada cidadão de Porto Alegre e a vontade popular, eu solicito, encaminho e peço, mais uma vez, aos senhores vereadores e às senhoras vereadoras que participam desta reunião que aprovelem a proposta encaminhada pelo governo municipal. Muito obrigado, presidente Márcio Bins Ely, Presidente da Casa, obrigado pela participação de todos e todas nesta noite.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, secretário André Machado. Percebo aqui que o secretário está no seu escritório, pela mesa e pelo armário, até a essa hora. Nós também ontem fomos até mais tarde e que bom que estamos todos empenhados em trabalhar a favor da cidade, das pessoas e hoje em favor da habitação. Quero agradecer aqui sobremaneira a presença dos vereadores, sempre vereadores Nelcir Tessaro, Maristela Maffei, João Carlos Nedel que com suas presenças aqui abrilhantam esse debate. Quero agradecer também a presença entre nós do secretário Cassio Trogildo, as manifestações dos vereadores e a presença do Ver. Cassiá Carpes, que é o presidente da CUTHAB, também do Ver. Moisés Barboza, Lourdes Sprenger e Ver. Oliboni, e, em especial agradeço à comunidade e à nossa secretária adjunta Simone Somensi que tem sido uma batalhadora das causas da habitação em favor dos que mais precisam, de longa

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
014ª Audiência Pública Virtual 09SET2021
Pauta: Debater o PLCE nº 010/21

data, sempre atuando na linha de frente da questão da habitação. Quero agradecer ao Fernando Vasconcellos, ao Emerson Santos que também há tanto tempo vêm trabalhando com essa temática não só no Plano Diretor, mas também no Orçamento Participativo, a Lúcia Castêncio, a Onir de Araújo, das causas dos quilombos que tem protagonizado há muitos anos também a defesa em favor das áreas quilombolas, também à Marília Fidell, obrigada pela presença, nossa liderança, nossa vereadora que também já esteve conosco aqui na Câmara, Ângela Comunal. Agradeço a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram com o debate, com as suas presenças, acompanhando esse projeto de lei que, resumidamente transforma de nove para três a representação, mas que representa muito mais para a cidade que é o fato de nós não perdermos os recursos que são tão importantes e tão caros para todos nós em momentos e tempos difíceis. Então, nos somamos aqui também à organização desta audiência pública e meu agradecimento ao nosso diretor legislativo e a toda a nossa equipe de retaguarda. Luiz Afonso, na sua pessoa, agradeça, por favor às nossas taquígrafas e a toda a nossa equipe de retaguarda que nos acompanham. Vejo aqui várias assessorias de vários vereadores, a própria Ângela que representa o gabinete da Ver.^a Bruna, enfim, e tantas outras representações aqui hoje presentes, muito obrigado, à cobertura da TVCâmara também, à nossa Rádio, aos nossos canais nas redes sociais, YouTube e Facebook. Agradeço pela atenção, pelo prestígio e pelo carinho de todos em favor da habitação. Muito obrigado e um fraterno abraço. Declaro encerrada a nossa audiência pública. Boa noite a até uma próxima oportunidade.

(Encerra-se a reunião às 20h38min.)